

8ª

FIPA-ParlAmericas Assembleia Plenária • Relatório Assunção, Paraguai 8 a 10 de setembro de 2011



Índice

Agradecimentos	3
1 Introdução	4
2 Sessão inaugural	4
3 Primeira sessão da Assembleia Plenária	6
3.1 Aprovação da Agenda	6
3.2 Relatório Anual do Presidente	6
3.3 Eleição do presidente da Oitava Assembleia Plenária	7
3.4 Discurso da presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares	7
3.5 Estabelecimento dos Grupos de Trabalho	7
3.6 Discurso principal: Segurança Cidadã - Kevin Casas-Zamora, Sócio Principal, Instituto Brookings, Estados Unidos	9
4 Assembleia Plenária Extraordinária	9
5 Sessão Final da Assembleia Plenária	11
5.1 Conselho de Administração	11
5.2 Confirmação do país anfitrião para a Nona Assembleia Plenária	11
5.3 Apresentação e consideração das recomendações do Grupo de Trabalho	11
5.4 Encerramento	14
Apêndices	
Apêndice 1 Lista de participantes	15
Apêndice 2 Agenda	17
Apêndice 3 Relatório Anual do Presidente do FIPA-ParlAmericas	19
Apêndice 4 Discurso principal—Extrato	21
Apêndice 5 Resumo do Plano Estratégico	23
Apêndice 6 Resoluções adotadas durante a Oitava Assembleia Plenária	33
Apêndice 7 Grupo de Trabalho 1: O papel dos direitos humanos e do desenvolvimento em relação à segurança cidadã	35
Apêndice 8 Grupo de Trabalho 2: Aspectos transnacionais da segurança cidadã	38
Apêndice 9 Grupo de Trabalho 3: Enfoques multidimensionais à segurança cidadã	40
Apêndice 10 Sétima reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares da Américas: Perspectiva de gênero em matéria de segurança cidadã	43
Apêndice 11 Conselho de Administração do FIPA-ParlAmericas 2011-2012	46

Agradecimentos

A Secretaria Técnica do FIPA-ParlAmericas deseja expressar seu sincero agradecimento ao Senado do Paraguai, ao senador Alberto Grillón Conigliaro e ao pessoal da Comissão de Relações Exteriores e Assuntos Internacionais pela sua colaboração para organizar a Oitava Assembleia Plenária do FIPA-ParlAmericas.

Além disso, deseja agradecer aos oradores convidados e às secretarias dos grupos de trabalho pela sua inestimável contribuição para as sessões de trabalho.



Francisco Peralta, Senado do Paraguai

Delegados da 8ª Assembleia Plenária - Fotografia Oficial

1. Introdução

Atendendo a um convite cordial do Senado do Paraguai, a Oitava Assembleia Plenária do FIPA-ParlAmericas (anteriormente denominado FIPA, Fórum Interparlamentar das Américas) foi realizada em Assunção, Paraguai, de 8 a 10 de setembro de 2011.

O tema geral da reunião foi a “segurança cidadã”. Este importante evento reuniu 29 parlamentares, que participaram como delegados oficiais de 13 países do continente americano, assim como também convidados e especialistas de 10 países de toda a América.

Para ver a lista de participantes, veja o Apêndice 1.

2. Sessão inaugural

A cerimônia de inauguração da Oitava Assembleia Plenária foi realizada na quinta-feira, 8 de setembro de 2011, na sala de sessões do Congresso Nacional do Paraguai.

Contou com a honorável presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Paraguai, **Fernando Lugo Méndez**; do Senhor Presidente do Honorável



Francisco Peralta, Senado do Paraguai

Da esquerda para a direita: observador Luiz Carlos Haully (ex-presidente do FIPA), Alberto Grillón (Paraguai), Adriana González (México), Randy Hoback (Canadá), Linda Machuca (Equador), Céline Hervieux-Payette (Canadá), Edmonde Beauzile (Haiti), Germán Blanco (Colômbia), Víctor Juliao III (Panamá) e a Diretora Geral Gina Hill (Secretaria Técnica)

Congresso da Nação, sua Excelência, **Jorge Oviedo Matto**; do Presidente da Corte Suprema de Justiça, **Luis María Benítez Riera**; e do Presidente da Honorável Câmara de Deputados, **Víctor Bogado**. Também estiveram presentes o membro do Parlamento do Canadá e Presidente interino do FIPA-ParlAmericas, **Randy Hoback**; a assembleísta do Equador e Presidente do Grupo de Mulheres, **Linda Machuca Moscoso**; o deputado nacional e presidente da seção paraguaia de Parlatino, **Cándido Aguilera**; e o representante do Paraguai no Comitê Executivo do FIPA-ParlAmericas, o senador **Alberto Grillón Conigliaro**.

A sessão começou com as palavras de boas-vindas de sua Excelência Senhor Presidente do Honorável Congresso da Nação, senador Jorge Oviedo Matto, que cumprimentou cordialmente os parlamentares dos demais países no evento.

Em seguida, tomou a palavra o senador **Alberto Grillón**, representante do Paraguai no Comitê Executivo do FIPA-ParlAmericas, que manifestou sua profunda satisfação por ser o anfitrião da Oitava Assembleia Plenária e suas expectativas sobre a valiosa contribuição dessa reunião. Destacou que a segurança cidadã é um tema central de essencial importância que merece atenção urgente e



Thais Martín Navas

Presidente do Paraguai, Sua Excelência Fernando Lugo

ação efetiva, dado que é básico para o desenvolvimento e o progresso das nações. O senador Grillón concluiu os seus comentários com a menção de esperança para que os resultados do evento permitam que o continente evolua cada vez mais integrado nos seus valores, seus esforços e suas projeções.

A cerimônia prosseguiu com o discurso do presidente interino do FIPA-ParlAmericas e membro do Parlamento do Canadá, **Randy Hoback**, que começou agradecendo ao governo do Paraguai pela hospitalidade e generosidade demonstradas como anfitrião de tão importante reunião. Reiterou que é através da cooperação promovida por organizações como o FIPA-ParlAmericas que podemos aprender das experiências comuns e nos comprometer ao tipo de diálogo positivo que nos permitirá melhorar, não somente as nossas próprias condições econômicas, sociais e culturais, mas as de todo o hemisfério.

O presidente Hoback lembrou a Assembleia que este ano se celebra o 10º aniversário da assembleia plenária inaugural da organização.

Além disso, mencionou que a segurança cidadã é um dos desafios mais urgentes em muitos países das Américas.

Garantir a segurança cidadã é uma tarefa complexa que atravessa múltiplos domínios políticos, incluindo os direitos humanos, o desenvolvimento, a segurança e as reformas judiciais.

Também informou à Assembleia Plenária que o Comitê Executivo do FIPA-ParlAmericas, formado pelos representantes das legislaturas nacionais do Paraguai, Colômbia, Equador, Panamá, Santa Lúcia, Haiti, México e Canadá, trabalhou incansavelmente durante o ano passado para finalizar um plano estratégico para melhorar a relevância e a qualidade da organização. O plano visa ampliar o alcance do FIPA-ParlAmericas, garantir a sua sustentabilidade e assegurar que o seu trabalho no futuro se relacione com um conjunto claro de valores e com uma missão que reflita a nobre natureza do trabalho parlamentar. O primeiro passo para implementar este plano estratégico é a modernização da organização que, entre outras coisas, inclui a mudança de nome de “FIPA” para “ParlAmericas” (Parlamentares para as Américas).

Depois do discurso do presidente interino houve uma apresentação de dança artística de polca paraguaia e, ao final, foi concluída a cerimônia de inauguração.



Alberto Grillón (Paraguai) durante seu discurso na sessão inaugural da Assembleia Plenária

3. Primeira sessão da Assembleia Plenária

3.1 Aprovação da Agenda

O presidente Hoback iniciou a sessão dando as boas-vindas à reunião aos parlamentares e aos demais convidados. Apresentou a versão preliminar da agenda, que a Assembleia Plenária aprovou por unanimidade.

Para ver a agenda da Assembleia Plenária, veja o Apêndice 2.

3.2 Relatório Anual do Presidente

O presidente Hoback apresentou o Relatório Anual, no qual resumiu os acontecimentos mais destacados do último ano (2010-2011).

O presidente Hoback explicou que, a pedido do Comitê Executivo, ocupou o cargo de presidente interino do FIPA-ParlAmericas quando Luiz Carlos Hauly, do Brasil, renunciou como presidente em fevereiro, depois de aceitar o cargo de Secretário de Fazenda do estado do Paraná, Brasil.

Em seguida, anunciou o lançamento interno da nova denominação (“ParlAmericas”) e do logotipo

da organização. Destacou que o FIPA-ParlAmericas concretizaria o lançamento do seu novo website durante as próximas semanas e que o mesmo ofereceria várias funções e constituiria uma ferramenta dinâmica para os parlamentares de todo o continente. Além disso, mencionou que haveria um período de transição até que todos os requisitos jurídicos no Canadá, onde o FIPA está inscrito como sociedade, sejam cumpridos. Durante este período, alguns documentos e ferramentas de comunicação continuarão utilizando a denominação “FIPA” enquanto outros farão referência a “ParlAmericas”.

O presidente Hoback informou sobre os resultados das principais atividades do FIPA-ParlAmericas durante o último ano. Tais atividades incluíram uma oficina de dois dias de treinamento para a supervisão de orçamentos nas assembleias nacionais da América Central, realizado na Costa Rica, em março; e a reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas, realizada no final de junho sob o título “Liderança política das mulheres: plano de ação para as Américas” e organizada pela Câmara de Deputados da República Dominicana.

O presidente Hoback também fez referência à sua participação como observador em uma mesa redonda de



Primeira sessão da Assembleia Plenária

Stella García

alto nível sobre o tema de segurança cidadã na América Central e sobre a participação de uma delegação do FIPA-ParlAmericas na 41ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em San Salvador, El Salvador, em junho. Mencionou que o Comitê Executivo havia se reunido em três oportunidades desde a última assembleia plenária: em Curitiba, Brasil, em fevereiro; em Ottawa, Canadá, em junho; e em Assunção, Paraguai, um dia antes do início desta assembleia plenária. O presidente Hoback concluiu o relatório apresentando a equipe da Secretaria Técnica.

A Assembleia Plenária recebeu o relatório.

Para ver o texto completo do Relatório Anual do presidente, veja o Apêndice 3.

3.3 Eleição do presidente da Oitava Assembleia Plenária

O presidente Hoback presidiu a eleição do presidente da Oitava Assembleia Plenária. Explicou que o costume é eleger como presidente um parlamentar do país anfitrião. O senador paraguaio **Alberto Grillón Conigliaro**, representante do país anfitrião da assembleia plenária no Comitê Executivo do FIPA-ParlAmericas, foi eleito por unanimidade.

O senador Grillón apresentou uma resolução do Comitê Executivo relativa à posição no Comitê Executivo para a sub-região da América Central que está disponível, contribuiu com informações sobre a Assembleia Plenária Extraordinária que seria celebrada no dia seguinte e proporcionou uma síntese do processo eleitoral que deveria ser seguido para a eleição dos membros do Comitê Executivo.

Resolução FIPA/PA8/2011/RES.1: Posição disponível da sub-região da América Central no Comitê Executivo

A Assembleia Plenária aprovou uma resolução para criar o cargo de membro do Comitê Executivo em representação da sub-região da América Central para o ano que resta do período de dois anos que finalizará no momento da Nona Assembleia Plenária do FIPA-ParlAmericas.



Francisco Peralta, Senado do Paraguai

Da esquerda para a direita: especialista Carmelo Caballero (Ministério do Interior), Germán Blanco (Colômbia) e especialista independente Juan Faroppa

Para ver o texto completo da resolução aprovada, veja o Apêndice 6.

3.4 Discurso da presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares

O senador Grillón cedeu a palavra à presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares, **Linda Machuca Moscoso** (membro da Assembleia Nacional do Equador), que destacou que o Grupo de Mulheres Parlamentares é o único grupo permanente da organização e falou sobre o seu enfoque em fortalecer a liderança das mulheres políticas e em facilitar os debates sobre temas de preocupação para as mulheres parlamentares do hemisfério. A presidente Machuca também informou sobre o sucesso das reuniões do grupo durante os últimos dois anos e sobre os avanços alcançados pela rede. Por último, destacou a importância do tema de debate da sétima reunião do grupo, “Perspectiva de gênero em matéria de segurança cidadã” e convidou os parlamentares a participarem da segunda sessão da reunião que deveria ser realizada ao final do dia seguinte.

3.5 Estabelecimento dos Grupos de Trabalho

Por recomendação do Comitê Executivo do FIPA-ParlAmericas, o presidente propôs que fossem estabelecidos três grupos de trabalho. Os mesmos

se reuniriam por separado para deliberar e propor recomendações à Assembleia Plenária. Os grupos de trabalho aprovados pela Assembleia Plenária foram os seguintes:

- **Grupo de Trabalho 1: O papel dos direitos humanos e do desenvolvimento em relação à segurança cidadã**

Presidente: Germán Blanco Álvarez, membro da Câmara de Representantes, Colômbia

Especialistas convidados: Carmelo Caballero, Vice-Ministro de Segurança Interna, Ministério do Interior, Paraguai

Juan Faroppa, Consultor, Uruguai

- **Grupo de Trabalho 2: Aspectos transnacionais da segurança cidadã**

Presidente: Rogelio Rueda, senador do México



*Especialista independente
Marco Antonio Rodríguez*



*Especialista Gustavo Béliz
(BID)*

Especialistas convidados: Eric L. Olson, Instituto México, Centro Internacional de Especialistas “Woodrow Wilson”, Estados Unidos

Alejandra Mohor, Coordenadora da Área de Prevenção do Delito, Centro de Estudos em Segurança Cidadã, Universidade do Chile

- **Grupo de Trabalho 3: Enfoques multidimensionais à segurança cidadã**

Presidente: Edmonde Supplice Beauzile, senadora do Haiti

Especialistas convidados: Marco Antonio Rodríguez Corrales, Consultor, Bolívia

Gustavo Béliz, Coordenador de Segurança Cidadã para o Cone Sul, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)



Da esquerda para a direita: especialista Eric L. Olson (Centro Woodrow Wilson do Instituto México), Rogelio Rueda (México) e especialista Alejandra Mohor (CESC)

Para ver a biografia dos especialistas convidados, veja os Apêndices 7, 8 e 9.



Especialista Kevin Casas-Zamora (Instituto Brookings)

tarefa de abordar a “epidemia de violência” na região requer um “programa integral e complexo que desafie a simplificação excessiva dos discursos políticos vigentes”. Falou sobre a necessidade de reformular e democratizar o debate sobre o tema e de melhorar a governança da política penal. Além disso, destacou a necessidade de modernizar as instituições de controle e investir em informações e de melhorar as relações entre as instituições de controle e a comunidade. Casas-Zamora propôs aumentar a presença coordenada do estado em áreas problemáticas e regular a compra e posse de armas de fogo. Além disso, observou a necessidade de prevenir a gravidez adolescente, de reformular as políticas antinarcóticos e de investir em criar oportunidades para os jovens. Concluiu sua apresentação destacando a necessidade de uma reforma tributária ao afirmar que “a insegurança cidadã não é um problema de segurança, é um problema de desenvolvimento” e que a maneira de sair [da epidemia atual] é “mais longa, complexa, cara e demandante para nós como cidadão do que gostaríamos de admitir”.

Depois de um estimulante debate que incluiu os pontos de vista de distintas regiões do continente americano, foi encerrada a Sessão Plenária.

Para obter um resumo do discurso principal, veja o Apêndice 4.

3.6 Discurso principal: Segurança Cidadã - Kevin Casas-Zamora, Sócio Principal, Instituto Brookings, Estados Unidos

O senador Grillón apresentou **Kevin Casas-Zamora**, que proferiu um discurso impactante sobre as maneiras de enfrentar a insegurança cidadã na América Latina e no Caribe. Observou que a

4. Assembleia Plenária Extraordinária

A Oitava Assembleia Plenária incluiu uma sessão plenária extraordinária realizada no dia 9 de setembro de 2011 e cujo objetivo era apresentar e debater o plano estratégico trienal proposto para organização. O senador Grillón cedeu a palavra ao presidente Randy Hoback, que manifestou que era momento de que a organização, que este ano celebra dez anos de existência, desenvolvesse um plano estratégico visando ao futuro.

A decisão de desenvolver um plano estratégico coincide com a iniciativa de modificar o nome da organização de “FIPA” a “ParlAmericas”. O presidente Hoback descreveu o processo que havia sido realizado para desenvolver o plano, que incluiu a criação de um Comitê Diretivo do Plano Estratégico composto por quatro membros do Comitê Executivo, a contratação de um consultor para que assistisse no desenvolvimento do plano e várias reuniões e debates prévios à apresentação do plano estratégico ao Comitê Executivo para a sua aprovação, em julho de 2011.



Sessão extraordinária da Assembleia Plenária. Da esquerda para a direita: Randy Hoback (Canadá), Diretora Geral Gina Hill (Secretaria Técnica) e Alberto Grillón (Paraguai)



Céline Hervieux-Payette
(Canadá)

o FIPA-ParlAmericas enfrenta, junto aos desafios e as oportunidades que devem ser abordadas a fim de que a organização prospere.

**Resolução FIPA/PA8/2011/RES.2:
Modificações ao regulamento do FIPA-ParlAmericas
que rege o Comitê Executivo da organização**

O presidente Hoback apresentou uma resolução, proposta pelo Comitê Executivo, sobre aspectos do plano

Depois, o presidente Hoback apresentou um resumo do plano estratégico trienal, concentrando-se nas metas principais, nos objetivos gerais, nas novas declarações de missão e visão, nas iniciativas e orientações estratégicas e nas prioridades imediatas.

O consultor Michel Rathier falou sobre o contexto mais amplo do plano, que inclui as realidades mundiais às quais

estratégico que o comitê considerou que tinham urgência suficiente para ser aplicados de imediato. Tais aspectos estavam concentrados principalmente no sistema proposto de governança da organização, incluindo o novo desenho do Comitê Executivo e a sua transformação em um Conselho de Administração mais amplo. Depois, os membros do Comitê Diretivo do Plano Estratégico comentaram vários elementos da resolução.

Em seguida, houve um debate significativo. Os delegados expressaram o seu apoio à visão “mais ampla” e aos objetivos do plano estratégico. Também, os delegados comentaram várias questões relacionadas com a resolução, dentre elas:

- Os direitos de voto dos membros do Conselho de Administração
- Se o presidente deve ser selecionado entre os eleitos para o Conselho de Administração ou entre os participantes da plenária
- A criação do cargo de vice-presidente para o Grupo de Mulheres Parlamentares
- As questões com relação à função dos ex-presidentes
- O apoio para que o Grupo de Mulheres Parlamentares tenha um papel mais destacado
- O processo de seleção para o cargo de secretário-tesoureiro
- Se a representação do hemisfério na Assembleia Plenária era suficiente para tomar uma decisão com respeito à resolução

Foi reconsiderada a resolução preliminar levando em consideração o debate e a versão revisada aprovada por unanimidade

O resumo do plano estratégico foi aprovado com pequenas modificações.

Para ver o resumo do plano estratégico, veja o Apêndice 5. Para ver o texto completo da resolução aprovada, veja o Apêndice 6.



Guillermo Gallegos (El Salvador) à esquerda, e Víctor Juliao III (Panamá)

5. Sessão Final da Assembleia Plenária

A segunda e última sessão da Oitava Assembleia Plenária foi realizada na manhã do sábado, 10 de setembro de 2011. O senador Grillón, presidente da Assembleia, inaugurou a sessão agradecendo ao público presente pela sua participação ativa nos debates dos grupos de trabalho e destacou que este diálogo é o que permite que o FIPA-ParlAmericas avance com o seu trabalho.

5.1 Conselho de Administração

Em seguida, o presidente informou aos delegados que como resultado das negociações sobre a resolução do plano estratégico foram feitas algumas mudanças nos cargos existentes no Conselho de Administração (antes denominado Comitê Executivo), em particular a inclusão de uma terceira posição para cada sub-região. Afirmou que tinha o prazer de anunciar que todos as posições tinham sido cobertas por aclamação, entre elas, os cargos de presidente, vice-presidente e presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares. Nomeou as pessoas e os países eleitos e agradeceu a participação dos mesmos no processo democrático.

Para ver a lista completa dos membros do novo Conselho de Administração, veja Apêndice 11.



Germán Blanco
(Colômbia)

5.2 Confirmação do país anfitrião para a Nona Assembleia Plenária

A Assembleia Plenária confirmou por unanimidade a aceitação da oferta da Assembleia Nacional do Panamá para celebrar a Nona Assembleia Plenária do FIPA-ParlAmericas em 2012. Víctor Juliao III, membro da

Assembleia Nacional do Panamá, expressou a alegria por seu país ter sido eleito anfitrião para a próxima Assembleia Plenária e convidou todos os presentes a participarem.

5.3 Apresentação e consideração das recomendações do Grupo de Trabalho

O presidente depois convidou os presidentes dos grupos de trabalho para apresentarem os seus resumos das deliberações dos seus respectivos grupos e as recomendações sugeridas por cada grupo para submetê-las a consideração da Assembleia Plenária.

Para ver a resenha e as recomendações dos grupos de trabalho, veja os Apêndices 7, 8 e 9.

Grupo de Trabalho 1: O papel dos direitos humanos e do desenvolvimento em relação à segurança cidadã

Germán Blanco, membro da Câmara de Representantes da Colômbia e membro do Comitê Executivo do FIPA-ParlAmericas em representação da sub-região da América do Sul, ofereceu uma breve resenha dos debates e apresentou as recomendações do Grupo de Trabalho sobre o papel dos direitos humanos e do desenvolvimento na segurança cidadã. Doze parlamentares de sete países-membros participaram deste grupo de trabalho.

As recomendações incluíram apelos às legislaturas para que contribuíssem com as políticas de governo sobre segurança pública e direitos humanos, para que regulamentassem o funcionamento das empresas de segurança privada e para que priorizassem as questões de desenvolvimento. Além disso, fizeram referência à necessidade de apoiar os funcionários governamentais e as organizações de direitos humanos e da sociedade civil que se especializam em segurança pública. Ademais, foi proposto incorporar ao marco jurídico as pautas dos relatórios da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que estabelecem normas para a seleção de funcionários governamentais nas instituições de segurança pública, para a aplicação de políticas destinadas à primeira infância e programas sobre reinclusão social de delinquentes e prevenção contra

a reincidência e para a promoção de observatórios nacionais e internacionais sobre violência e criminalidade.

Durante o debate posterior, os delegados consideraram a ênfase das recomendações nas famílias com apenas um dos pais, assim como a importância de diminuir a violência doméstica.

A Assembleia Plenária aprovou as recomendações com pequenas modificações de redação.

Grupo de Trabalho 2: Aspectos transnacionais da segurança cidadã

O presidente cedeu a palavra ao senador do México, **Rogelio Rueda**, que havia presidido o debate do Grupo de Trabalho sobre os aspectos transnacionais da segurança cidadã. Cinco parlamentares de três países-membros participaram deste grupo de trabalho.

O senador Rueda apresentou o debate e as recomendações finais do grupo de trabalho.

As recomendações propunham a revisão do marco jurídico para que considere os aspectos transnacionais das organizações criminosas e para que os governos locais sejam responsáveis pela prevenção do crime. Além disso, pediram que fossem designados recursos



Francisco Peralta, Senado do Paraguai

Edmonde Beauzile (Haiti) e Juan Carlos Mendoza (Costa Rica)

suficientes aos governos locais para que pudessem cumprir com esta responsabilidade de forma eficaz e que fosse destinado uma porcentagem dos fundos para avaliar os programas de prevenção. Como parte das recomendações também foi proposto solicitar à Organização dos Estados Americanos (OEA) que estabeleça um organismo com o fim de identificar e analisar os fatores que conduzem ao abuso de drogas.

Durante os debates das recomendações em sessão plenária, os parlamentares destacaram a necessidade de abordar a natureza mutante do delito e, em especial, o seu deslocamento para o crime transnacional.

As recomendações foram aprovadas sem emenda.

Grupo de Trabalho 3: Enfoques Multidimensionais à Segurança Cidadã

Edmonde Suplice Beauzile, senadora do Haiti e membro do Conselho de Administração do FIPA-ParlAmericas em representação da sub-região do Caribe, apresentou o relatório e as recomendações do Grupo de Trabalho sobre Enfoques Multidimensionais à Segurança Cidadã. Sete parlamentares de quatro países-membros participaram deste grupo de trabalho.



Francisco Peralta, Senado do Paraguai

Rogelio Rueda (México) e Adriana González (México)



Guillam Guifarro (Honduras) à esquerda, e especialista Teresa Ulloa (CATWLAC)

As recomendações visam à integração da política pública sobre proteção e segurança da população, a gestão de riscos de desastres e a mudança climática, o fortalecimento da cooperação entre países, o estabelecimento ou o fortalecimento do marco institucional para a gestão de riscos e desastres, a promoção da participação cidadã e o fortalecimento do capital social na recuperação de desastres. Além disso, propunham a promoção de sistemas estatísticos e de indicadores comparativos em matéria de delito e violência, o fortalecimento de comitês parlamentares especiais e o fomento das relações de trabalho com universidades e especialistas interdisciplinares, a análise dos orçamentos públicos para a prevenção da violência e o estímulo da legislação aos fundos associados ao crime organizado. As recomendações também incluíam apelos ao fortalecimento de instituições que participem da prevenção social, a legislação para tratar novas formas de delito e violência, a consideração da segurança alimentar na política pública e a apresentação de uma resolução à OEA e às Nações Unidas para criar um fundo de Compensação Ambiental que

garanta que as empresas multinacionais respeitem as normas ambientais e que fomentem a organização de trabalhadores sociais multidisciplinares.

Durante o debate das recomendações em plenária, os parlamentares se centraram na esperança de que as empresas multinacionais com operações em países em desenvolvimento apliquem os mesmos parâmetros ambientais que devem ser observados nos países desenvolvidos.


As recomendações foram aprovadas sem modificações.

Sétima Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

A palavra foi cedida à presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas, **Linda Machuca Moscoso** (membro da Assembleia Nacional do Equador) para que desse informações sobre a sétima reunião do grupo, que foi realizada em duas sessões no decorrer da Assembleia Plenária e que contou com a participação de dezesseis delegados de dez países. A presidente Machuca destacou a participação e o apoio de **Teresa C. Ulloa Ziáuriz**, Diretora Regional da Coalizão Contra o Tráfico



Linda Machuca (Equador)



de Mulheres e Meninas na América Latina e no Caribe (CATWLAC, por sua sigla em inglês) como especialista convidada durante a reunião.

Linda Machuca também expôs as recomendações apresentadas durante as duas sessões, que incluíam apelos para que fossem incorporados os princípios de paridade e equidade na legislação e para que o ParlAmericas criasse um marco legislativo ou um projeto de lei tipo sobre segurança pública. Além disso, foi proposta a redação de um projeto de lei para proteger as vítimas e as testemunhas, o estabelecimento de unidades técnicas em matéria de gênero em cada parlamento, a promoção da participação das mulheres parlamentares nas organizações, a criação de agendas comuns entre as mulheres parlamentares e a criação de equipes de comunicação com perspectiva de gênero nos parlamentos. As recomendações também tratavam sobre a igualdade nas organizações políticas, sobre as penas para aqueles que fomentem o comércio e a exploração sexual nas propagandas e sobre a criminalização da demanda de produtos do tráfico de pessoas e da exploração sexual.

Os parlamentares debateram sobre as recomendações e se concentraram nas regras de “paridade” em vigência em alguns países da América, assim como também a necessidades de implementar mecanismos mais sólidos para proteger as mulheres vulneráveis e as famílias.

A Assembleia Plenária adotou as recomendações com ligeiras modificações.

5.4 Encerramento

O presidente, senador Grillón, felicitou os grupos de trabalho pelas suas sólidas recomendações. Agradeceu os diversos grupos de pessoas que trabalharam incansavelmente para fazer com que a Oitava Assembleia Plenária fosse um sucesso, incluindo o pessoal do hotel, os tradutores e intérpretes, os secretários dos grupos de trabalho, o pessoal da Secretaria Técnica, o pessoal de protocolo e do senado do Paraguai e, em especial, aos próprios parlamentares por viajarem a Assunção e participarem tão intensamente das sessões. Desejou a todos uma boa viagem e encerrou a reunião.

Apêndices

Apêndice 1 • Lista de participantes

Delegados

Presidente interino do FIPA-ParlAmericas (Canadá)

Randy Hoback, membro do Parlamento

Brasil

Paes Landim, membro da Câmara de Deputados

Canadá

Céline Hervieux-Payette, senadora

Paulina Ayala, membro do Parlamento

Chile

Cristian Campos, membro da Câmara de Deputados

Nicolás Monckeberg, membro da Câmara de Deputados

Jorge Sabag, membro da Câmara de Deputados

David Sergio Sandoval Plaza, membro da Câmara de Deputados

Ignacio Urrutia, membro da Câmara de Deputados

Colômbia

Germán Blanco Álvarez, membro da Câmara de Representantes

Costa Rica

Juan Carlos Mendoza García, presidente da Assembleia Legislativa

Cuba

Armando Torres Aguirre, membro da Assembleia Nacional

Equador

Gina Godoy, membro da Assembleia Nacional

Richard Guillén, membro da Assembleia Nacional

Linda Machuca Moscoso, membro da Assembleia Nacional

Rocío Valarezo, membro da Assembleia Nacional

El Salvador

Margarita Escobar, membro da Assembleia Nacional

Guillermo Gallegos, membro da Assembleia Nacional

Haiti

Edmonde Supplice Beauzile, senadora

Simon Desras, senador

Jean Hector Anacacis, senador

Honduras

Guillam Guifarro Montes de Oca, membro do Congresso Nacional

México

Adriana González Carillo, senadora

Rogelio Rueda, senador

Panamá

Víctor Juliao III, membro da Assembleia Nacional

Paraguai

Roger Caballero, senador

Alberto Grillón Conigliaro, senador

Clarissa Marín, senadora

Miguel Carrizosa Galiano, senador

Especialistas e outros convidados

Gustavo Béliz, Coordenador do Grupo de Segurança Cidadã para o Cone Sul, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Moisés Benamor, Coordenador da Unidade de Apoio a Instituições Legislativas, Organização dos Estados Americanos (OEA)

Carmelo Caballero, Vice-Ministro de Segurança Interna, Ministério do Interior, Paraguai

Kevin Casas-Zamora, Sócio Principal, Instituto Brookings, Estados Unidos

Juan Faroppa, Consultor, Uruguai

Eduardo Feliciangeli, Representante no Paraguai, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Luiz Carlos Haully, ex-presidente do FIPA, Secretário da Fazenda, Estado do Paraná, Brasil

Alejandra Mohor, Coordenadora da Área de Prevenção do Delito, Centro de Estudos em Segurança Cidadã, Universidade do Chile (CESC).

Eric Lee Olson, Sócio Principal, Instituto México, Centro Internacional de Especialistas “Woodrow Wilson”, Estados Unidos

Gabriel Puricelli, Coordenador do Programa de Relações Internacionais, Departamento de Relações Exteriores e Comércio Internacional, Canadá

Michel Rathier, Consultor, Canadá

Marco Antonio Rodríguez Corrales, Consultor, Bolívia

Jean-Paul Ruszkowski, Diretor Executivo, Centro Parlamentar do Canadá

Teresa C. Ulloa Ziáurriz, Diretora Regional, Coalizão contra o Tráfico de Mulheres e Meninas na América Latina e no Caribe (CATWLAC)

Pessoal de apoio

Parlamento do Canadá

Leif-Erik Aune, Secretário, seção canadense do FIPA
Alexandre Gauthier, Analista, Biblioteca do Parlamento

Senado de Paraguai

Stella Frutos, Diretora da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Senadores

Alejandro Cáceres
Gabriela Cantero
José Duarte
Luis María Duarte
Ernesto Fuentes García
Luis Gabriel Gauto
José Luis González
Carlos Marabel
Javier Olcelli
Carolina Patiño
Luis Servín
José Antonio Solís
Ariel Vairoleto
Walter Vera

Secretariado Técnico do FIPA-ParlAmericas

Gina Hill, Diretora Geral
Viviane Rossini, Gerente de Projetos
Thaís Martín Navas, Encarregada de Projetos e Comunicações
Stella García, Coordenadora de Eventos
Eufemia Sánchez, Consultora do Grupo de Mulheres Parlamentares

Francisco Peralta, Senado do Paraguai



Sessão inaugural da Assembleia Plenária, com a presença de Sua Excelência Fernando Lugo, presidente do Paraguai

Apêndice 2 • Agenda

Aprovada pela Assembleia Plenária

Quarta-feira, 7 de setembro de 2011:

15:00 – 18:30 Reunião do Comitê Executivo do FIPA-ParlAmericas

20:00 – 22:00 Jantar para o Comitê Executivo do FIPA-ParlAmericas

Quinta-feira, 8 de setembro de 2011:

08:00 – 09:30 **Perspectiva de gênero em matéria de segurança cidadã**
Sessão 1: Relatório de atividades e apresentação de Teresa Ulloa
Organizado pelo Grupo de Mulheres Parlamentares

10:15 – 11:15 **SESSÃO INAUGURAL DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA**
Congresso do Paraguai
Discursos de boas-vindas: senador Jorge Oviedo Matto, Presidente do Senado do Paraguai;
Fernando Armindo Lugo Méndez, Presidente da República do Paraguai;
Senador Alberto Grillón Conigliaro, representante do Paraguai no Comitê Executivo do ParlAmericas;
Randy Hoback, membro do Parlamento do Canadá e Presidente interino do FIPA-ParlAmericas

11:15 – 12:15 **PRIMEIRA SESSÃO DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA**

- Aprovação da Agenda
- Relatório Anual do Presidente do FIPA-ParlAmericas
- Eleição do presidente da 8ª Assembleia Plenária
- Apresentação das Resoluções e das Recomendações do Comitê Executivo
- Informação referente à Assembleia Plenária Extraordinária
- Palavras da presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares
- Estabelecimento dos Grupos de Trabalho

12:15 – 13:15 Discurso principal, por Kevin Casas-Zamora, Sócio Principal, Instituto Brookings
Tema: *Segurança cidadã*

13:15 – 13:30 Fotografia oficial

14:00 – 15:30 Almoço

16:00 – 18:30 **SESSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO**
Apresentações dos especialistas e começo das discussões para a elaboração das recomendações

- Grupo 1 – O papel dos direitos humanos e do desenvolvimento em relação à segurança cidadã**
- Grupo 2 – Aspectos transnacionais da segurança cidadã**
- Grupo 3 – Enfoques multidimensionais à segurança cidadã**

20:00 – 22:00 Jantar

Sexta-feira, 9 de setembro de 2011:

8:30 – 10:30

ASSEMBLEIA PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

- Apresentação, debate e aceitação do Plano Estratégico
- Resolução do Comitê Executivo em relação às mudanças imediatas
- Revisão do processo de eleição que acontecerá no terceiro dia de reuniões

10:30 – 11:00

Pausa

11:00 – 13:00

Perspectiva de gênero em matéria de segurança cidadã

Sessão 2: Finalização e aprovação das recomendações que serão apresentadas à Plenária

Especialista: Teresa Ulloa

Organizado pelo Grupo de Mulheres Parlamentares

13:00 – 14:30

Almoço

14:30 – 17:30

SESSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO

Finalização e aprovação das recomendações que serão enviadas e apresentadas ao Plenário

Grupo 1 – O papel dos Direitos humanos e do desenvolvimento em relação à segurança cidadã

Grupo 2 – Aspectos transnacionais da segurança cidadã

Grupo 3 – Enfoques multidimensionais à segurança cidadã

19:45 – 21:30

Jantar

Sábado, 10 de setembro de 2011:

9:30 – 13:00

SEGUNDA SESSÃO DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA

- Eleição
- Apresentação e análise das recomendações dos Grupos de Trabalho
- Apresentação das Resoluções e das Recomendações do Comitê Executivo
- Consideração de outras resoluções e recomendações
- Confirmação do país anfitrião para a Nona Assembleia Plenária
- Resultado das eleições
- Cerimônia de encerramento

13:00 – 14:00

Almoço

13:30 – 15:30

Reunião e almoço do Comitê Executivo do FIPA-ParlAmericas

Apêndice 3 • IRelatório Anual do Presidente do FIPA-ParlAmericas

8 de setembro - Primeira Sessão da Assembleia Plenária

Tenho o grande prazer de compartilhar com vocês os aspectos mais destacados do período 2010-2011 do Fórum Interparlamentar das Américas. É um ano muito importante, já que o FIPA celebra o seu décimo aniversário. Desde a nossa última reunião com motivo da 7ª Assembleia Plenária celebrada na Cidade do México, obtivemos importantes progressos em várias áreas de trabalho.

Em primeiro lugar, possivelmente vocês se surpreenderão de me ver aqui em lugar do nosso estimado colega Luiz Carlos Hauly, do Brasil. No final do ano passado, o Sr. Hauly aceitou o cargo de Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, Brasil, e renunciou a seu cargo de presidente do FIPA no mês de fevereiro. Por esse motivo, tive a honra de que meus colegas do Comitê Executivo me solicitaram que assumisse a presidência em forma interina.

Novos nome, logotipo e website

Temos o prazer de aproveitar esta Assembleia Plenária para fazer o lançamento interno dos nossos novos nome e logotipo. Bem-vindos ao ParlAmericas! Esperamos que as novas marca e imagem sejam do seu agrado e que vocês compartilhem conosco o entusiasmo do Comitê Executivo pela evolução da nossa organização.

Junto com esta nova marca, o ParlAmericas lançará o seu novo website nas próximas semanas. Naturalmente, enviaremos notificações a respeito desse lançamento para que vocês possam explorar o novo website e as várias funções que este oferecerá. Constitui uma ferramenta dinâmica, com o objetivo no futuro, à disposição dos Parlamentares das Américas.

Vocês verão que durante o próximo período, alguns dos documentos e das ferramentas de comunicação continuarão empregando o nome FIPA, enquanto que outros já farão referência ao ParlAmericas. Assim será até que todos os requisitos legais no Canadá tenham

sido atendidos, onde o FIPA se encontra inscrito como sociedade. Pedimos que vocês tenham paciência durante esse período de transição.

Treinamento para os parlamentares: treinamento em supervisão de orçamentos

No mês de março, o FIPA realizou uma oficina sobre o desenvolvimento de capacidades nas funções de supervisão de orçamentos dos parlamentares. Tal treinamento se concentrou nas assembleias da América Central e foi realizado na Costa Rica. Tivemos o prazer de contar com a presença de treze parlamentares de cinco países da América Central, que participaram de nove módulos de treinamento durante dois dias. Está prevista a realização de uma atividade de treinamento semelhante para o Caribe no mês de novembro.

Reuniões do Grupo de Mulheres Parlamentares

O Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas celebrou no final de junho deste ano uma reunião muito bem-sucedida. Tal reunião, convocada sob o título “A liderança política das mulheres: plano de ação para as Américas”, foi realizada com o auspício da Assembleia da República Dominicana. Mais de setenta delegadas de quinze países do continente abordaram o fortalecimento das mulheres sob os seguintes temas:

- liderança e emancipação política;
- migração;
- igualdade de gênero e participação política nos sistemas democráticos; e
- a situação das mulheres que trabalham na política no Caribe.

O Grupo de Mulheres também se reúne durante esta Assembleia Plenária e por isso incentivo que cada um de vocês participe das sessões.

Segurança cidadã

No mês de maio tive a honra de participar como observador de uma mesa redonda de alto nível sobre o tema de segurança cidadã na América Central. Tal iniciativa, à qual dez parlamentares da região assistiram,

foi um acontecimento de importância para iniciar o debate de enfoques conjuntos para resolver o que no nosso hemisfério representa uma situação de gravidade. Tal ameaça à segurança pública se apresenta de muitas maneiras e tem um impacto de grande alcance em muitas áreas da sociedade. Esta deverá ser abordada e esperamos que as deliberações do Grupo de Trabalho durante os próximos dias contribuam ao diálogo hemisférico sobre este tema.

Assembleia Geral da OEA

Uma delegação do FIPA participou da 41ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em San Salvador, El Salvador, no mês de junho. Os membros da delegação tiveram uma reunião muito frutífera com o Secretário Geral da OEA, José Miguel Insulza, na qual se abordaram áreas de interesse comum entre ambas as organizações, assim como também nosso mútuo interesse em desenvolver um Memorando de Entendimento para reforçar a nossa relação.

Reuniões do Comitê Executivo

O Comitê Executivo se reuniu em três oportunidades desde a última plenária: em Curitiba, Brasil; em fevereiro; e em Ottawa, Canadá, em junho. Também nos reunimos ontem, antes do início da presente plenária.

Grande parte da nossa atenção durante o ciclo passado se concentrou na elaboração do primeiro Plano Estratégico do FIPA-ParlAmericas e esperamos poder apresentar o plano preliminar na sessão extraordinária de amanhã para seu debate e aprovação. Além disso, nos concentramos nos preparativos para a Assembleia Plenária e realizamos importantes tarefas de governança, tais como a manutenção e a supervisão das atividades do FIPA e das suas finanças, e também das atividades de extensão necessárias para aumentar a presença do FIPA nos sistemas interamericanos.

Secretaria Técnica

Por último, gostaria de apresentar o pessoal da Secretaria Técnica com base em Ottawa. A meu lado está Gina Hill, Diretora Geral de ParlAmericas e Secretária do Comitê Executivo. Viviane Rossini é a Gerente de Projetos, Thais Martín é a encarregada de Projetos e Comunicações e Stella García é a Coordenadora de Eventos. Estarão aqui durante os próximos três dias, de modo que comuniquem-se com elas para transmitir-lhes qualquer pergunta ou comentário, ou para que conheçam os seus dados de contato.

Gostaria de expressar meu sincero agradecimento aos meus colegas e a todos os parlamentos membros do FIPA. Sinto-me com muita energia e entusiasmo com a nossa nova marca e acredito que nos próximos dez anos da nossa organização nos levarão a uma rede de Parlamentares para as Américas que será melhor e mais forte.

Obrigado.

Randy Hoback, membro do Parlamento, Parlamento do Canadá



Francisco Peralta, Senado do Paraguai

Randy Hoback (Canadá)

Apêndice 4 • Discurso principal–Extrato

Palestrante: Kevin Casas-Zamora

Isso sim tem saída: algumas propostas para enfrentar a insegurança cidadã na América Latina e no Caribe

“Refletir sobre a insegurança cidadã nas Américas não é meramente oportuno. É, ao contrário, urgente. [...] em boa parte do hemisfério a delinquência não só põe em perigo a consolidação da democracia, mas também a viabilidade do estado como entidade reguladora da vida coletiva. O tema é urgente e assustador, mas não sem solução. O predicamento atual tem saída. Isso sim, nenhuma dessas saídas é fácil, rápida ou barata.

[...]

Esta epidemia de violência está gerando uma enorme pressão sobre todos os governos e atores políticos da região. Na América Latina a proporção de pessoas que situa a delinquência no topo das prioridades nacionais triplicou em menos de uma década. Hoje chega a 27% e supera amplamente o desemprego e, em geral, os desafios de natureza econômica. Ainda mais, com a única exceção da Nicarágua, esse número aumentou em todos os países. Não surpreende, assim, que a discussão na região esteja girando, sobretudo em épocas eleitorais, em torno de promessas, cada vez mais estridentes, de enfrentar o problema com “*mão de ferro*”, isto é, com métodos que fazem uso abundante e intensivo dos mecanismos de coerção estatal, quase sempre com franca impaciência, quando não em detrimento, pelas garantias do estado de direito. A população latino-americana e caribenha - tão atemorizada como ávida de ordem - está escutando cada vez mais com atenção e premiando tais invocações.

Isso é desventurado, toda vez que os resultados das soluções de “*mão de ferro*” aos problemas da delinquência não são lisonjeiros. Neste ponto, a experiência recente de Honduras e de El Salvador é eloquente. Em Honduras, a adoção desde 2002 de sucessivos planos contra a delinquência com viés repressivo não modificou grande coisa: os 56 homicídios por cada 100.000 habitantes que o país mostrava em

2002 se transformaram em 78 em 2010, o pior cifra do mundo. O caso salvadorenho é igualmente desventurado. Nem o Plano de Mão Ferro (2003) nem o de Super Mão de Ferro (2004), impediram que o número de homicídios nesse país se duplicassem entre 2003 e 2010.

É cada vez mais evidente que a tarefa de enfrentar a epidemia de violência em América Latina e o Caribe requer de um programa integral e complexo, que desafia a simplicidade dos discursos políticos prevaletentes. Observando a realidade da região, me parece que esse programa deve incorporar pelo menos 10 elementos que vou passar a analisar. Todos esses são muito conhecidos e, em alguns casos, já estão sendo postos em prática na região.

Primeiro: Reformular a discussão. [...]

Segundo: Democratizar a discussão. [...]

Terceiro: Melhorar a governabilidade da política criminal. [...]

Quarto: Modernizar as instituições de controle e investir em informações. [...]

Quinto: Melhorar a relação entre as instituições de controle e a comunidade. [...]

Sexto: Aumentar a presença coordenada do Estado em áreas problemáticas. [...]

Sétimo: Regular a compra e a posse de armas de fogo. [...]

Oitavo: Prevenir a gravidez na adolescência. [...]

Nono: Repensar as políticas antinarcóticos. [...]

Décimo: Investir em oportunidades para a juventude. [...]

No entanto, isso não é grátis. Se a política pública deve possibilitar o acesso universal aos direitos sociais - algo que resulta essencial para reduzir os níveis de violência - é preciso reformar profundamente a fiscalização na região. Mais ainda, se temos de fortalecer a capacidade do estado para exercer controle sobre o seu território - algo essencial para combater o crime organizado -

o primeiro passo consiste em pagar impostos. Quem pode legitimamente se surpreender de que estado guatemalteco tenha uma controle tênue sobre o seu território, quando se trata de um país no qual a arrecadação tributária apenas supera 10% do PIB? Isso deve ser dito com clareza: se temos de enfrentar com sucesso a insegurança cidadão na América Latina e o Caribe devemos começar por exorcizar alguns dos velhos demônios que continuam nos condenando o subdesenvolvimento. A violência causada pela delinquência e o lugar onde todas as carências do nosso desenvolvimento convergem. A insegurança cidadã não é um problema de segurança, e um problema de desenvolvimento.

Nota biográfica do palestrante: Kevin Casas-Zamora

Advogado costarricense, atualmente ocupa os cargos de sócio principal de política exterior e da iniciativa para América Latina do Insituto Brookings e consultor do segundo relatório sobre democracia na América Latina, do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.

Recentemente, foi vice-presidente da Costa Rica, assim como ministro de Planejamento Nacional e Política Econômica; segundo vice-presidente da República de Costa Rica; coordenador geral e autor principal da plataforma eleitoral do Dr. Oscar Arias, Partido Liberação Nacional da Costa Rica; coordenador geral e autor principal do Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano da Costa Rica, Programa de Desenvolvimento da Nações Unidas; consultor/assessor do Programa de Dinheiro e Política da Fundação Internacional para os Sistemas Eleitorais (IFES).

É autor de vários estudos sobre economia política, eleições, democratização e relações cívico-militares na América Latina. Os seus estudos incluem um doutorado em Ciências Políticas na Universidade de Oxford (2002), um mestrado em Política e Governança na Universidade de Essex (1993) e uma graduação em Direito na Universidade da Costa Rica (1991).



Francisco Peralta, Senado do Paraguai

Parlamentares na sessão inaugural da Assembleia Plenária

Apêndice 5 • Resumo do Plano Estratégico

Segundo foi adotado pela Assembleia Plenária Extraordinária de 9 de setembro de 2011



OLHANDO PARA O FUTURO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO 2011-2014

SEPTEMBRE DE 2011



I. OBJETIVO ESTRATÉGICO



O PARLAMERICAS / FIPA DESENVOLVEU UM PLANO ESTRATÉGICO QUE VISA CUMPRIR COM AS SEGUINTE METAS NOS PRÓXIMOS 3 ANOS:

- 1.1 Abordar os desafios essenciais de Viabilidade, Governança e Relevância ao longo dos próximos anos
- 1.2 Estabelecer as bases para realizar uma Missão renovada e atualizada, e alcançar uma nova Visão de Futuro que inclua a dimensão das perspectivas da moral e da ética na política
- 1.3 Ampliar o alcance geográfico do ParlAmericas e estender o número de adesões a todos os Estados soberanos e estados que controlam territórios dependentes na região
- 1.4 Assegurar a viabilidade e a sustentabilidade a longo prazo do ParlAmericas por meio de novas estratégias de financiamento, assim como a adaptação de seus processos e estruturas organizacionais às realidades de seu atual ambiente

II. OBJETIVOS GERAIS DO PLANO ESTRATÉGICO



O PARLAMERICAS SE EMPENHA EM ALCANÇAR OS SEGUINTE OBJETIVOS ESSENCIAIS DURANTE O PERÍODO PLANEJADO:

- 2.1 Definir que caminho deve ser seguido, assim como que meios devem ser usados, para cumprir com a Missão do ParlAmericas, chegar a sua Visão e alcançar seus Objetivos
- 2.2 Aumentar a relevância do ParlAmericas para os parlamentares do hemisfério por meio de uma contribuição singular e distinta para melhorar a cooperação regional, apoiar as instituições parlamentares, aprimorar as capacidades parlamentares, além de desenvolver as capacidades profissionais dos parlamentares
- 2.3 Estender o alcance da adesão do ParlAmericas e de sua habilidade de gerar financiamento
- 2.4 Aumentar o valor da oferta da organização a instituições-membros e parlamentares individuais
- 2.5 Avançar em sua governança, estruturas, processos administrativos e sistemas de modo a cumprir com suas ambições e implementar seus planos

III. JUSTIFICATIVA



- 3.1 Os desafios do século XXI em termos de crescimento econômico, igualdade, justiça social e democratização favorecem as crescentes iniciativas parlamentares, assim como o acesso a novas plataformas tecnológicas e sedes, fomentar e facilitar a interação e a comunicação melhoradas entre os países e os povos
- 3.2 Outras organizações no hemisfério (Copa, Parlandino, Parlatino, Parlacen, Mercosul, Laia, Unasur, Acto, etc.) duplicam os objetivos, aumentam a competição por financiamento e desviam o posicionamento do ParlAmericas. Esta tendência aumenta a necessidade de singularidade e relevância do ParlAmericas
- 3.3 O ParlAmericas tem uma reputação de uma década de geração contínua de iniciativas, experiências e competências no desenvolvimento e na organização de eventos e oficinas. A mudança de nome de FIPA para ParlAmericas oferece uma ótima oportunidade de aumentar a conscientização e gerar interesse, assim como de alcançar um público mais amplo e aumentar o número de adesões
- 3.4 O ParlAmericas precisa de um foco mais estreito e parlamentar sobre questões, iniciativas e atividades. As futuras viabilidade e sustentabilidade do ParlAmericas dependerão de sua conscientização e de sua reputação internacionais. A liderança do ParlAmericas deve progredir para incluir contribuintes mais engajados, mobilizados e engenhosos, assim como comprometer todas as instituições e indivíduos parlamentares no hemisfério, incluindo nos Estados Unidos
- 3.5 A organização tem dependido basicamente de uma única fonte de financiamento e deve diversificar com urgência

IV. UMA NOVA DECLARAÇÃO DE MISSÃO



O *ParlAmericas* fomenta o diálogo aberto e construtivo, assim como a troca produtiva de idéias e práticas entre todos os parlamentares e instituições parlamentares do hemisfério.

«Estamos comprometidos com a melhora e o aprimoramento dos processos democráticos em níveis nacional e hemisférico ao proporcionar um fórum de liderança que canaliza uma conversa contínua sobre as questões essenciais que causam preocupação em todas as Américas.»

V. UMA VISÃO DE FUTURO



«O *ParlAmericas* exercerá uma importante influência no diálogo do hemisfério sobre questões comuns essenciais levantadas por instituições parlamentares e outros membros. Também será um modelo inspirador para compartilhar as práticas aprimoradas para atender melhor os povos das Américas.»

ESTRITAMENTE CONFIDENCIAL

. 5 .

VI. VALORES



EM BUSCA DE SUA VISÃO E NO CUMPRIMENTO DE SEUS OBJETIVOS, O PARLAMERICAS ESTÁ ORIENTADO POR SEUS VALORES ESSENCIAIS, QUE INCLUEM, MAS NÃO SE LIMITAM, AOS SEGUINTE:

Igualdade

Diversidade

Transparência

Conduta ética

Liberdade de expressão

VII. ORIENTAÇÕES E INICIATIVAS ESTRATÉGICAS



PARA ATENDER OS FUTUROS DESAFIOS, CUMPRIR COM SUA MISSÃO E ALCANÇAR SUAS AMBIÇÕES, O PARLAMERICAS CONDUZIRÁ SUAS INICIATIVAS DE ACORDO COM AS SEGUINTE ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS:

- **ADESÃO E SUSTENTABILIDADE**
 - **Aumento significativo** no número de adesões de modo a captar mais parlamentares envolvidos ativamente no hemisfério
 - **Criar** um Subcomitê de Financiamento do Conselho Administrativo que será orientado pelos valores essenciais do ParlAmericas e se dedicará por completo a arrecadar recursos financeiros para apoiar a Visão do ParlAmericas
- **POSICIONAMENTO E RECONHECIMENTO**
 - **Promover** a nova marca do ParlAmericas por meio de um programa de alcance vigoroso a todos os interlocutores, aumentando a conscientização de sua Missão e de sua Visão
- **NETWORKING**
 - **Aumentar** a presença e o nível desenvolvimento em todos os fóruns e sedes relevantes; ampliar os esforços para construir relações
- **COMPETÊNCIA E CONHECIMENTO**
 - **Desenvolver** uma oferta de serviço única ao adquirir e reter continuamente uma base de conhecimento distinta assim como uma excelente difusão de capacidades

ESTRITAMENTE CONFIDENCIAL

. 7 .

VIII. Prioridades



PARA ATENDER OS FUTUROS DESAFIOS, O *PARLAMERICAS* DESIGNARÁ RECURSOS PARA ATIVIDADES DE FORMA CONSISTENTE COM AS SEGUINTE PRIORIDADES:

- ❑ Desenvolver um plano de crescimento com base em uma adesão e um comprometimento mais amplo no hemisfério
- ❑ Revisar o Modelo de Governança e as Estruturas Institucionais do ParlAmericas para transformar a organização em uma associação de nível mundial de todos os parlamentos nacionais das Américas
- ❑ Desenvolver novas fontes de financiamento de modo a assegurar a sustentabilidade da organização
- ❑ Planejar e implementar um Plano de Comunicação Estratégico para aumentar a capacidade de comprometimento do *ParlAmericas*

*“...quando você quer algo, todo o hemisfério
conspira para que você realize o seu
desejo.”*

- adaptado de Paulo Coelho

Apêndice 6 • Resoluções adotadas durante a Oitava Assembleia Plenária

Resoluções

Resolução FIPA/PA8/2011/RES.1: Posição disponível da sub-região da América Central no Comitê Executivo

Segundo foi adotado pela Assembleia Plenária Extraordinária de 8 de setembro de 2011

RECONHECENDO a importância de ter Liderança em todas as sub-regiões do hemisfério no processo da tomada de decisões da organização e no Comitê Executivo do FIPA-ParlAmericas;

DADO que um dos dois lugares designados a América Central no Comitê Executivo está vago ao não ter sido eleito nenhum país para ocupar este lugar na última Assembleia Plenária;

A Assembleia Plenária do FIPA-ParlAmericas

RESOLVE abrir a posição para eleição nesta Assembleia Plenária, para o ano restante do término de dois anos, que expira na Nona Assembleia Plenária do FIPA-ParlAmericas.

Resolução FIPA/PA8/2011/RES.2: Modificações ao regulamento do FIPA-ParlAmericas com respeito ao Comitê Executivo da organização

Segundo foi adotado pela Assembleia Plenária Extraordinária de sexta-feira, 9 de setembro de 2011

CONFORME a decisão do Comitê Executivo do dia 19 de fevereiro de 2011 de elaborar um Plano Estratégico para garantir a viabilidade e o crescimento da organização nos próximos anos;

CONSIDERANDO que o Comitê Executivo desenvolveu, através de um rigoroso processo, um Plano Estratégico para abordar os principais temas e desafios que a nossa organização enfrentará durante os próximos 36 meses;

RECONHECENDO que existe uma intensificação de interesses similares e concorrentes, todos que buscam o financiamento parlamentar e de organizações sem fins lucrativos;

CONSIDERANDO que existe um sólido argumento para que o FIPA-ParlAmericas difunda a sua nova postura e a sua oferta para o futuro e para que promova ativamente a sua particularidade e pertinência em todo o Hemisfério;

CONSIDERANDO que a execução do Plano requer que o FIPA-ParlAmericas aplique importantes mudanças na sua estrutura e governança;


RECONHECENDO que a adesão aos anteriores procedimentos do FIPA-ParlAmericas para as indicações ao Comitê Executivo poderiam demorar a aplicação do Plano por um ano; e

RECONHECENDO que as mudanças propostas não são exclusivas e que foram elaborados outras inúmeras mudanças que afetam a governança e que deveriam ser consideradas na execução do Plano Estratégico;

A Assembleia Plenária Extraordinária do FIPA-ParlAmericas

RESOLVE adotar e aplicar com efeito imediato as seguintes mudanças nas suas normas de governança:

1. A partir de agora, o FIPA-ParlAmericas terá um Conselho de Administração composto por 15 membros eleitos, divididos da seguinte maneira:
 - Três representantes parlamentares de cada uma das quatro sub-regiões: América do Norte, América Central, América do Sul e Caribe, para alcançar um total de 12;
 - Os cargos de presidente do Conselho de Administração, de Primeiro Vice-Presidente e de Presidente do Grupo de Mulheres serão submetidos à eleição na Assembleia Plenária, para alcançar um total de 3 cargos adicionais no Conselho de Administração;

- 
2. Os indivíduos que ocupam os seguintes cargos também formarão parte do Conselho de Administração: o **ex-presidente** imediato, o **representante do país anfitrião** da próxima Assembleia Plenária e o Diretor Geral do ParlAméricas. Estes últimos três poderão participar dos debates, mas não terão direito a voto;
 3. Os membros votante do Conselho de Administração elegerão entre eles, com uma maioria de 2/3, a um membro para ocupar o novo cargo de secretário-tesoureiro;
 4. Um cargo de **segundo vice-presidente** foi criado. O cargo será automaticamente ocupado pelo **Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares**.
 5. O Conselho de Administração estabelecerá um **Comitê Executivo** de quatro membros, composto do presidente, do primeiro vice-presidente, do segundo vice-presidente e do secretário-tesoureiro;
 6. O Conselho de Administração constituirá cinco Comitês Permanentes para os quais designará aos presidentes: um comitê permanente de **Arrecadação de Fundos**, um comitê permanente de **Adesão**, um comitê permanente de **Assembleias Plenárias**, um comitê permanente de **Candidaturas** e um comitê permanente de **Projetos e Programas**. Os comitês de Arrecadação de Fundos e de Assembleias Plenárias poderão incluir pessoas que não pertençam ao Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá criar outros comitês ou subcomitês para tratar temas específicos, segundo as necessidades.
 7. O Grupo de Mulheres Parlamentares é um órgão permanente do ParlAmericas. O Conselho de Administração poderá criar outros Grupos de Trabalho Permanentes quando surja a necessidade.

Apêndice 7 • Grupo de Trabalho 1: O papel dos direitos humanos e do desenvolvimento em relação à segurança cidadã

1. Objetivos

- Examinar as raízes do crime, da violência e da insegurança cidadã
- Explorar as diferentes variantes existentes de prevenção, aplicação da lei, reabilitação e reintegração
- Determinar os passos para erradicar a violência doméstica
- Promover a coordenação entre o desenvolvimento e a segurança
- Examinar o conceito de proteção cidadã
- Examinar o conceito de segurança alimentar
- Estabelecer as fases de tratamento da pobreza extrema, da desigualdade e da exclusão social
- Conseguir integrar a perspectiva de gênero no trabalho de grupo

2. Pontos Centrais do Debate

No continente americano – especialmente na América Latina e na região do Caribe – as dificuldades presentes e coexistentes nos países que o integram, sobretudo as referentes a graves situações de desigualdade e exclusão, fazem com que os riscos de conflitividade social não tenham desaparecido por completo. Em se tratando de uma região na qual a democracia, a pobreza, a desigualdade convivem de maneira generalizada, a proteção cidadã se transformou em uma prioridade. O que fazer diante da pobreza, do desemprego e das drogas? Como prevenir e buscar soluções para os principais problemas que a sociedade enfrenta?

Nesta sessão, os parlamentares examinarão diferentes conceitos e iniciativas existentes, estipularão passos a seguir e definirão um processo de aproximação a possíveis soluções à insegurança cidadã, promovendo

sempre a coordenação entre o desenvolvimento, a segurança e a perspectiva de gênero. Os especialistas encarregados de orientar as deliberações serão Carmelo Caballero, Vice-Ministro de Segurança Interna do Ministério do Interior do Paraguai (2008 – 2011), e Juan Faroppa, Subsecretário do Interior do Governos do Uruguai (2005 – 2007).

3. Nota biográfica dos palestrantes

Carmelo Caballero

Advogado paraguaio, graduado pela *Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción*, Paraguai. Desenvolveu a sua carreira profissional tanto no âmbito jurídico quanto na docência.

Atividade Jurídica: Oficial de Secretaria, Tribunal de Justiça Letrada no Civil e Comercial do Quarto Turno (1989 – 1992), Atuarário Judicial no Instituto de Correção do Menor e Tribunal no Civil e Comercial (1993 – 1996), Fiscal Eleitoral da Capital (1996 – 2008), Consultor no Projeto de Transparência do Paraguai sobre o Financiamento Político do Paraguai (2008), Observador Internacional em Representação da Justiça Eleitoral em eleições de distintos países da América Latina (2008), Coordenador Geral de Plano Operacional Eleições Gerais (2008), Vice-ministro de Segurança Interna do Ministério do Interior de Paraguai (2008 – 2011).

Atividade Docente: professor auxiliar de Criminologia na Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade Nacional de Assunção (1994); professor titular da cátedra de Direito Comercial e Direito Político da Faculdade de Ciências Jurídicas e Diplomáticas, *Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción* (1993 -2009); professor titular da Cátedra de Direito Comercial I e II da Faculdade de Ciências Jurídicas e Diplomáticas, Sede Regional Ciudad del Este (1993 -2009); professor titular da cátedra de Direito Mercantil da Universidade Autônoma de Assunção (1995); professor titular da cátedra de Direito Eleitoral da Faculdade de Direito da *Universidad del Norte* (2004 – 2006).

Carmelo Caballero é Presidente do Tribunal Eleitoral da Associação de Fiscais do Paraguai. Participou como palestrante e observador em inúmeros seminários e conferências internacionais. Entre as suas publicações se destaca *Delitos electorales: su penalización efectiva* (Justiça Eleitoral, “*La Justicia Electoral en la Consolidación Democrática*”, Serviço Editorial do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, Assunção).

Juan Faroppa Fontana

Nascido no Uruguai, é doutor em Direito e Ciências Sociais pela Universidade da República, Uruguai. Desenvolveu a sua carreira profissional no âmbito jurídico, na docência e como consultor.

Atividade Jurídica: Subsecretário do Interior do Governo do Uruguai (2005 – 2007); membro da Secretaria de Seguimento da Comissão para a Paz, designado pelo Presidente da República a proposta de Mães e Familiares de Detidos Desaparecidos (2008 – 2010); responsável da preparação do Relatório sobre Segurança Cidadão e Direitos Humanos de CIDH (2009).

Atividade docente: professor assistente da cátedra de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade da República (Uruguai).

Atividade de Assessoria: Departamento de Assuntos Políticos da Secretaria Geral das Nações Unidas; Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH), Organização Internacional para Migrações (OIM); Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID); Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Trabalhou para a Organização das Nações Unidas em missões oficiais em El Salvador, Guatemala, Colômbia, Bolívia e Honduras. Autor de várias publicações sobre direitos humanos e segurança cidadã.

4. Recomendações

1. Contribuir a partir do exercício parlamentar ao desenho e à implementação de políticas governamentais sobre segura cidadã e sobre políticas públicas a partir da perspectiva dos direitos humanos, com foco na prevenção e no controle da violência e do delito;
2. Avaliar a incorporação das diretrizes estabelecidas pelos relatórios da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre Segurança Cidadão e Direitos Humanos (2009) e Justiça Juvenil (2011) ao marco jurídico dos estados das Américas;
3. Fortalecer o respeito permanente dos direitos humanos por parte dos agentes dos estados, como ferramenta imprescindível na busca de uma maior segurança cidadã. Isso implica também a responsabilidade do estado de prevenir, investigar e, no seu caso, julgar as ações de violência e dos delitos, evitando a impunidade dos mesmos;
4. Gerar parâmetros que garantam que os sistemas para eleger funcionários governamentais para instituições de segurança pública (juízes, fiscais, membros das forças de segurança e operadores penitenciários) contemplem a formação e a atualização em matéria de direitos humanos para tais funcionários;
5. Legislar para regular e supervisionar o funcionamento das empresas privadas de segurança, exigindo a devida formação dos seus empregados em matéria acadêmica, operacional e de respeito às garantias dos direitos humanos;
6. Implementar políticas dirigidas à atenção da primeira infância, com o apoio de parte do estado para o desenvolvimento pessoal das crianças dentro de sua família ou lar adotivo, pondo ênfase na família monoparental;

7. Fortalecer os sistemas penitenciários para jovens e adultos através da implementação de programas baseados em experiências exitosas, com apoio de grupos de trabalho interdisciplinares, dirigidos à ressocialização e para prevenir a reincidência;
8. Promover o apoio a organizações da sociedade civil especializadas em segurança cidadã para que sigam com as agendas legislativas, projetos e programas em tal matéria respeitando os direitos humanos;
9. Impulsionar o funcionamento de observatórios nacionais e internacionais sobre violência e delito, como uma ferramenta para a produção e análise de informação qualificada, para efeitos de elaborar políticas públicas de segurança cidadã;
10. Priorizar os assuntos de desenvolvimento na agenda legislativa, como uma forma de contribuir à construção de sociedades mais dignas, integradas e equitativas. Promover e supervisionar a aprovação de orçamentos que considerem processos de desenvolvimento baseados no respeito dos direitos de todas as pessoas.

5. Participantes do Grupo de Trabalho

PAÍS	PARTICIPANTE	CARGO
Brasil	Paes Landim	Membro da Câmara de Deputados
Canadá	Céline Hervieux-Payette	Senadora
Canadá	Paulina Ayala	Membro do Parlamento
Canadá	Randy Hoback	Membro do Parlamento
Colômbia	Germán Blanco Álvarez [Presidente]	Membro da Câmara de Representantes
Equador	Linda Machuca Moscoso	Membro da Assembleia Nacional
Equador	Gina Godoy	Membro da Assembleia Nacional
Equador	Rocío Valarezo	Membro da Assembleia Nacional
Honduras	Guillam Guifarro Montes de Oca	Membro do Congresso Nacional
Panamá	Víctor Juliao III	Membro da Assembleia Nacional
Paraguai	Roger Caballero	Senador
Paraguai	Alberto Grillón Conigliaro	Senador

Apêndice 8 • Grupo de Trabalho 2: Aspectos transnacionais da segurança cidadã

1. Objetivos

- Examinar as iniciativas regionais e as melhores práticas existentes
- Determinar a importância da colaboração regional no desenvolvimento de políticas a longo prazo para tratar os aspectos transnacionais da segurança
- Examinar o conceito de vítimas de crime transnacional
- Examinar as perspectivas rurais e urbanas
- Conseguir integrar a perspectiva de gênero no trabalho de grupo

2. Pontos Centrais do Debate

Hoje em dia é necessário reconhecer que nenhum país - nem sequer o mais poderoso - pode enfrentar sozinho as emergentes e inúmeras ameaças regionais: terrorismo, conflitos entre Estados, corrida armamentista, crime transnacional, tráfico de armas, desastres naturais, ataques ao sistema de saúde pública e pobreza.

Nesta sessão, os parlamentares examinarão as ameaças urgentes referentes à segurança, assim como as repercussões sociais, econômicas e políticas a essas ameaças. Os participantes adquirirão um enfoque multidimensional da segurança hemisférica e ferramentas para poderão servir no marco da cooperação internacional para combater as ameaças à segurança e ao desenvolvimento da região. Os especialistas encarregados de orientar as deliberações serão Eric L. Olson, Sócio Principal, Instituto México, Centro Internacional de Especialistas “Woodrow Wilson”, e Alejandra Mohor, Coordenadora da Área de Prevenção do Delito, Centro de Estudos em Segurança Cidadã, Instituto de Assuntos Públicos, Universidade do Chile.

3. Nota biográfica dos palestrantes

Eric L. Olson

Eric L. Olson é Sócio Principal no Instituto México, Centro Internacional de Especialistas “Woodrow Wilson”, em Washington D.C. No seu cargo, supervisiona o trabalho do Instituto em temas de cooperação em matéria de segurança entre os Estados Unidos e México e a investigação do crime organizado e o tráfico de entorpecentes entre os Estados Unidos, o México e a América Central.

Antes de integrar o Centro Wilson, trabalhou como Sócio Principal na Seção de Promoção da Boa Governança da Organização de Estados Americanos, entre 2006 e 2007. Exerceu funções de Diretor Interino de Relações Governamentais de Anistia Internacional Estados Unidos e foi Diretor de Incidência para as Américas entre 2002 y 2006. Antes de trabalhar com Anistia, foi Sócio Principal para México e Política Econômica no Escritório de Washington para a América Latina durante 8 anos. Entre 1989 e 1993 trabalhou no Centro de Educação Global do *Augsburg College*, em Cuernavaca, México, onde se trabalhou como diretor de programas. Entre 1986 e 1988 trabalhou em Honduras como especialista em desenvolvimento para distintas organização não governamentais locais.

Testemunhou perante o Congresso dos Estados Unidos em distintas oportunidades, figurou em inúmeras notas de imprensa como comentarista especialista em temas de direitos humanos, política de entorpecentes e crime organizado e escreveu amplamente sobre as relações entre Estados Unidos e México, a reforma democrática e eleitoral no México, a política antinarcoóticos nos Estados Unidos e sobre Colômbia.

Educação: mestrado em Relações Internacionais da *American University*; graduação em História e Educação Secundária, Trinity College.

Alejandra Mohor

Socióloga chilena graduada pela Universidade do Chile Trabalhou em pesquisa e estudos em políticas públicas, educação e segurança cidadã. Neste último âmbito, coordenou diversos projetos executados pelo CESC na América Central e México. Durante os últimos 8 anos se dedicou a temas de segurança cidadã em matéria de reformas dos sistemas de justiça e política sendo coordenadora de tal área no Centro de Estudos em Segurança Cidadã do Instituto de Relações Públicas da Universidade do Chile. Desde 2010, assumiu a coordenação da Área de Prevenção do Delito no mesmo centro, desenvolvendo diversas pesquisas e atividade de extensão e docência.

Ministrou aulas de metodologias de pesquisa e formulação de indicadores, entre outros. Organizou e participou como docente em treinamento e seminários de formação em segurança cidadã em termos de América Latina.

4. Recomendações

1. Revisar os nossos marcos jurídicos para que tenham presentes os aspectos transnacionais das organizações criminosas (narcotráfico, tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro, delitos cibernéticos, etc.) e, compatibilizando nossas legislações, avançar na execução de operações multinacionais que persigam e punam os delitos;
2. Evidenciar que é necessário trabalhar em conjunto para prevenir e combater os delitos e que este trabalho de prevenção deve estar baseado territorialmente, levando em consideração as circunstâncias de cada região e de cada localidade;
3. Revisar os nossos marcos jurídicos para que a prevenção dos delitos, especialmente os vinculados ao consumo de drogas, sejam responsabilidade dos governos locais;

4. Verificar a designação de recursos suficientes para que os governos locais possam atender com eficácia essa responsabilidade de prevenção;
5. Garantir que, ao designar recursos orçamentários à prevenção, seja estabelecido sempre uma porcentagem destinada ao trabalho de avaliação dos programas dos programas de prevenção executados;
6. Finalmente, conscientes de que é necessário aprofundar a pesquisa, a avaliação e a difusão das práticas eficazes, recomendamos solicitar à OEA que seja estabelecida uma instância que identifique e analise os fatores que geram a propensão ao abuso de drogas, para apoiar a formulação, a execução e a avaliação dos programas locais de prevenção.

5. Participantes do Grupo de Trabalho

PAÍS	PARTICIPANTE	CARGO
Chile	Jorge Sabag	Membro da Câmara de Deputados
Chile	Ignacio Urrutia	Membro da Câmara de Deputados
Equador	Richard Guillén	Membro da Assembleia Nacional
México	Adriana González Carillo	Senadora
México	Rogelio Rueda [Presidente]	Senador

Apêndice 9 • Grupo de Trabalho 3: Enfoques multidimensionais à segurança cidadã

1. Objetivos

- Explorar as possibilidades de colaboração com todas as partes interessadas, incluindo a sociedade civil, os meios de comunicação e o setor privado
- Estabelecer as fases de prevenção, socorro e assistência no caso de desastres naturais
- Promover a obrigação dos estados de desenvolver políticas públicas
- Examinar o impacto da extração de recursos
- Examinar o efeito da mudança climática
- Determinar o impacto das políticas públicas
- Conseguir integrar a perspectiva de gênero no trabalho de grupo

2. Pontos Centrais do Debate

A maior vulnerabilidade de alguns países, regiões ou zonas depende da sua localização geográfica, tipo de clima, geologia ou capacidade de enfrentar condições extremas. As complexas interações entre fatores sociais, políticos, econômicos e ambientais que ocorrem em diferentes níveis aumentam os níveis de vulnerabilidade, elemento que, por sua vez, impacta na capacidade de preparar, responder e se recuperar das emergências e dos desastres sofridos por indivíduos, comunidades, e em geral, pelas autoridades do país no qual ocorre o desastre.

Nesta sessão, os parlamentares estudarão os diferentes impactos produzidos pelos desastres, tanto naturais como os causados pelo homem, as emergências que afetaram recentemente o hemisfério, ou as funções das instituições regionais e internacional e as interações que estas têm com os governos dentro de um marco jurídico internacional. Os especialistas encarregados de orientar as deliberações serão Marco Antonio Rodriguez Corrales, Consultor independente especializado em prevenção,

socorro e assistência durante desastres naturais, e Gustavo Béliz, Coordenador do Grupo de Segurança Cidadã para o Cone Sul, BID.

3. Nota biográfica dos palestrantes

Marco Antonio Rodríguez Corrales

Consultor boliviano, trabalhou como Diretor Nacional do Serviço Nacional de Redução de Riscos, designação direta do Presidente da República. Consultor desde 1998 no Serviço Nacional de Defesa Civil, Ministério da Defesa Nacional e Ministério do Desenvolvimento Sustentável. Como Coordenador de Projeto, promoveu a aprovação da Lei para a Redução de Risco e Resposta a Desastres (Lei No. 2140), desenho da Lei Modificatória (Lei No. 2335) e regulamentação respectiva (DS No. 26739). Em Bolívia e em outros países da região elaborou metodologias e instrumentos para a gestão de risco de desastre, tais como planos nacionais, setoriais, departamentais e municipais; planos agenciais e entre agências de contingência (SNU); sistematização de lições aprendidas em resposta a desastres; sistematização de práticas de gestão do risco, protocolos de preparativos e resposta a desastres; e estratégias para o fortalecimento de preparativos e de resposta a emergências e desastres.

Desde 2003, como membro da equipe UNDAC, realizou dez missões de coordenação e resposta a desastres em Guatemala, Guiana, República Dominicana, Peru, Cuba, Honduras, Panamá, Haiti e Colômbia. Pela sua experiência e perfil profissional, atualmente forma parte da equipa mundial de instrutores de OCHA Genebra (desde 2005) e de Líderes de Equipe (desde 2007).

Em termos de América Latina e Caribe, elaborou a estratégia de implementação de Plataforma do Conhecimento no componente de nutrição e emergência; organizou eventos preparatórios para a região centro-americana em vista da temporada de ciclones 2006; elaborou a Metodologia de Avaliação Rápida Humanitária aprovada por REDLAC, implementando processos de capacitação a equipes UNETE e sócios humanitários em Honduras, República Dominicana, Guatemala, Panamá e Belize. Na Guatemala, implementou processos

de treinamento da metodologia de avaliação rápida humanitária a nível municipal e comunitário.

Formação Profissional: mestrado em Estratégia Empresarial e Competitividade Global (Bolívia); especialização internacional em Planejamento Estratégica e Alta Gerência (Bolívia); especialização superior em Gerência e Controle Financeiro (Chile/ Bolívia); graduação em Administração de Empresas (Bolívia); Técnico Superior Bursátil (Bolívia).

Gustavo Béliz


Advogado argentino graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires Atualmente ocupa o cargo de especialista principal em Modernização do Estado para o Banco Interamericano de Desenvolvimento. No entanto, a sua carreira profissional também se desenvolveu no âmbito público, mais especificamente no nível de gabinete na República Argentina como Ministro do Interior, Ministro da Justiça, Segurança e Direitos Humanos, Secretário da Administração Pública, Presidente do Instituto Nacional de Administração Pública contra a Lavagem de Dinheiro e Diretos do CLAD (Conselho Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento).

Além disso, também foi eleito para cumprir um mandato de quatro anos no Conselho da Cidade de Buenos Aires, como presidente de Ecologia e Meio Ambiente e da Comissão do Desenvolvimento Sustentável do Conselho da Cidade de Buenos Aires e para o Senado da Argentina (cidade de Buenos Aires) por um período de seis anos. Renunciou ao cargo de senador para servir como Ministro da Justiça, Segurança e Direitos Humanos.

Publicou inúmeros artigos e livros. No passado, foi repórter da revista esportiva “*El Gráfico*” e editor principal da seção política do jornal “*La Razón*”.

4. Recomendações

1. Integrar o conjunto das políticas públicas de segurança cidadã, gestão do risco de desastres e mudança climática para obter uma sinergia em normativa e organização institucional e social;
2. Fortalecer a integração dos países nas sub-regiões, para gerar ferramentas comuns, uma cooperação horizontal transfronteiriça e intercâmbios de informações e de conhecimento em matéria de segurança, desastres e mudança climática;
3. Criar ou fortalecer a institucionalização da administração que gerencia os riscos e desastres com o fim de promover o respeito pelos direitos humanos e contribuir positivamente para a permanência dos princípios da segurança humana;
4. Promover a participação cidadã fomentando uma consciência e uma cultura de prevenção e proteção da sociedade civil e proteção da sociedade civil, baseada na solidariedade, sem dispensar o Estado da sua responsabilidade nesse âmbito;
5. Considerar, no processo de recuperação e reconstrução posterior aos desastres, os elementos dirigidos a fortalecer o capital social e o conceito de segurança humana;
6. Promover sistemas estatísticos de bases de dados e indicadores comparativos do crime e da violência que, provenientes de várias fontes, permitem a vigilância permanente e a avaliação das políticas públicas por meio da participação da sociedade civil;
7. Fortalecer os comitês parlamentares especiais dando-lhes estabilidade e fomentando intercâmbios com o setor acadêmico e com especialistas interdisciplinares em prevenção da droga e da violência, para assegurar um enfoque intervencionista integrado por meio do reforço da instituição familiar, a educação e a saúde pública através de valores, como a dimensão moral e ética da política;

- 
8. Prestar especial atenção à análise quantitativa e qualitativa dos orçamentos públicos destinados à prevenção da violência em relação às diversas causas sociais por meio do reforço da instituição familiar, da educação e da saúde pública, e do fomento de ações modernas através da pedagogia ética da ação política;
 9. Estimular leis que introduzam mecanismos de controle e de repressão eficazes para os fluxos financeiros relacionados com a delinquência organizada;
 10. Promover o fortalecimento das instituições para que cumpram as suas funções e realizem ações úteis de prevenção social e de preparação dos países frente aos fenômenos naturais, incentivando o uso adequado da ciência e da tecnologia e aproveitando ao máximo as capacidades existentes nos nossos países;
 11. Adaptar, quando for pertinente, a legislação a nível nacional e regional em função das novas formas de crime e violência;
 12. Tomar em consideração dentro das políticas públicas a questão da segurança alimentar na luta contra a fome e a desnutrição;
 13. Recomendar uma resolução para apresentar perante a OEA e as Nações Unidas para a criação de um Fundo Compensatório para o Meio Ambiente, financiado pelos países que causam graves danos ao meio ambiente (exemplo: mudanças climáticas), com o fim de ajudar aos demais países vulneráveis;
 14. Garantir que as corporações multinacionais que operam em países em desenvolvimento respeitem os mesmos parâmetros ambientais que são observados em países desenvolvidos, enquanto se assegura de que os países em desenvolvimento estabeleçam os seus próprios parâmetros;
 15. Promover a organização de assistentes trabalhadores multidisciplinares que contribuam para as tarefas de prevenção de das causas sociais geradoras de violência.

5. Participantes do Grupo de Trabalho

PAÍS	PARTICIPANTE	CARGO
Chile	David Sergio Sandoval Plaza	Membro da Câmara de Deputados
Chile	Nicolás Monckeberg	Membro da Câmara de Deputados
Cuba	Armando Torres Aguirre	Membro da Assembleia Nacional
El Salvador	Margarita Escobar	Membro da Assembleia Nacional
Haiti	Edmonde Supplice Beauzile [Presidente]	Senadora
Haiti	Simon Desras	Senador
Haiti	Jean Hector Anacacis	Senador

Apêndice 10 • Sétima reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares da Américas: *Perspectiva de gênero em matéria de segurança cidadã*

1. Objetivos

- Determinar o que se entende por transversalização de gênero em matéria de segurança cidadã
- Interiorizar o conceito de feminicídio
- Estabelecer os desafios do século XXI para a proteção das mulheres contra todas as formas de violência
- Examinar o tráfico de pessoas com ênfase no caso das mulheres e meninas;
- Analisar quanto afeta este fator na região
- Reconhecer os desafios que apresenta o sistema de justiça e lutam contra a impunidade
- Examinar as melhores oportunidades para elaborar espaços de intervenção internacional originados na agenda hemisférica
- Conseguir integrar a perspectiva de gênero no trabalho de grupo

2. Pontos Centrais do Debate

Transversalização da perspectiva de gênero

Para iniciar o trabalho de grupo será fundamental compreender o que se entende por transversalização da perspectiva de gênero. Para tanto, de acordo com as práticas legislativas, deve-se pensar como a redação ou reforma de leis afetar a vida cotidiana de ambos os gêneros, pondo no centro do debate as desigualdades históricas entre homens e mulheres que ainda persistem na nossa região. Trata-se de ver a construção das leis como uma re-engenharia a fim de transformar a intenção e os resultados das normas, conseguindo erradicar a visão patriarcal e sexista das mesmas.

Os desafios do século XXI em material de segundo a segurança cidadã.

Outro ponto importante a ser desenvolvido no debate e a ideia de feminicídio. Se bem o conceito de violência contra as mulheres já tenha várias décadas, o de feminicídio é mais recente e se trata da intenção de destruir, submeter e julgar total ou parcialmente a um grupo, neste caso, as mulheres e as meninas.


Compreender este conceito será fundamental para questionar os argumentos e aos próprios agressores sobre a violência fundada nas diferenças de gênero dado que em alguns casos tende a representar os agressores como “loucos”, a conceber estes crimes como “crimes passionais”, ou a atenuar a sua importância em situação de conflito armado considerando estas mortes como “dano colateral”.

Na discussão também foram priorizados temas como a prostituição e a pornografia e outras manifestações de violência contra as mulheres, já que a sua “naturalização” nos nossos países permite perpetuar os estereótipos do corpo da mulher como objeto sexual, ademais de convertê-lo em uma imensa fonte de renda para o crime organizado através do tráfico de mulheres e meninas, que tem muito menos risco que o tráfico de drogas.

O crime organizado e o tráfico de mulheres e meninas

Considerando que as investigações mostram que o narcotráfico e o tráfico de mulheres e meninas produzem 40% do PIB na América Latina, é mister discutir a transnacionalização do crime, assim como os problemas que dela derivam.

É importante compreender que o crime organizado nacional cruza as fronteiras e as suas ações se relacionam com os distintos tipos de ameaças de caráter global e que é uma atividade que tem um objetivo essencialmente econômico. Atualmente, o crime organizado é o principal ator no tráfico de mulheres e meninas e no tráfico ilegal de migrantes, sequestros, extorsão, pirataria, contrabando, etc.



O crime organizado, com os seus altos níveis de especialização e sofisticação, é um dos maiores riscos para as sociedades latino-americanas e caribenhas. Por isso é fundamental combatê-lo com os agentes do estado.

A insegurança na vida das mulheres

Serão analisados os cenários de insegurança para a mulher, começando pelo lar, a situação na comunidade e os níveis macro considerando o crime organizado, o fenômeno migratório, a exploração sexual e o tráfico de pessoas.

3. Nota biográfica da palestrante

Teresa Ulloa Ziáurriz

Diretora Regional, Coalizão contra o Tráfico de Mulheres e Meninas na América Latina e no Caribe (CATWLAC)

Cursou a graduação em Pedagogia no Instituto Nacional de Pedagogia, tem um mestrado em Ciências da Educação da London School of Education, Universidade de Londres, Inglaterra, e concluiu os seus estudos de graduação em Direito na Faculdade da Universidade Nacional Autônoma do México. Em 1997 cursou em Bruxelas, Bélgica, uma pós-graduação em “Os Direitos Humanos das Mulheres e o Desenvolvimento”, patrocinado pela União Europeia e a Federação Internacional dos Direitos Humanos. Cursou em Sorbonne, Paris, uma pós-graduação em Educação em Valores, outras em Gênero e Direito e uma terceira em Direito Internacional Humanitário. Por último, nos últimos anos, cursou uma pós-graduação em Planejamento Estratégico e Administração Pública na Universidade de Nova York.

Litigou em mais de 30.000 casos de violação a mulheres e meninas, como representante legal da Interveniência. Como especialistas nos assuntos de violência e discriminação de gênero, participou de três casos de pedido de asilo político por violência familiar perante os Tribunais de Migração dos Estados Unidos e de um caso de abdução perante os Tribunais Federais do estado de Nova York, que constituiu o primeiro antecedente de aplicação das convenções de Haia a favor de uma mãe e dos seus filhos como consequência da violência familiar.

Teresa Ulloa participou da elaboração ou da reforma de inúmeras leis federais e estaduais, no México e em outros países, e avaliou e elaborou políticas e planos nacionais para prevenir e sancionar o tráfico de pessoas em diferentes países da América Latina. Atualmente, concluiu a nova lei para prevenir e erradicar o tráfico de pessoas e delitos relacionados.

4. Recomendações

1. Legislar para obter paridade e equidade e que estes sejam os princípios que sejam incorporados na criação das leis em todos os países. A transversalização de gênero deve ser refletida na redação de todas as normas;
2. Criar, a partir do ParlAmericas, uma proposta de lei marco ou lei modelo sobre segurança cidadã que possa ser compartilhada com todos os países-membros. Este mecanismo de trabalho já é utilizado, em determinados temas, pela OEA e pela ONU;
3. A partir do Grupo de Trabalho “Perspectiva de gênero em matéria de segurança cidadã”, promove-se e impulsiona a ideia de criar, a partir do ParlAmericas, uma lei marco ou modelo específica contra o tráfico de pessoas;
4. Gerar uma proposta de lei para a proteção de vítimas e testemunhas, observando a Declaração de Istambul;
5. Impulsionar unidades técnicas de gênero dentro de cada parlamento, com o apoio da cooperação internacional;
6. Renovar o compromisso de elaborar o esboço de proposta sobre proteção de vítimas e testemunhas;
7. Promover a associação de parlamentares em organizações que permitam aprender a partir da experiência de quem exerceu a legislatura, a fim de que o conhecimento adquirido no exercício parlamentar não seja perdido;

8. Criar agendas comuns entre as parlamentares, sem importar as tendências ideológicas ou partidárias, para promover uma prática inclusiva, diversa e respeitosa que garanta condições para assegurar a transversalização de gênero em todas as normas;
9. Motivar nos nossos parlamentos a criação de equipes de comunicação sensíveis aos temas de gênero, que contribuam para visibilizar o trabalho das mulheres parlamentares, assim como as agendas de trabalho mencionadas no ponto 8;
10. Fomentar a vontade política de incorporar dentro dos partidos a paridade e a alternância e assim promover a partir das organizações políticas, às quais devemos, a igualdade, que depois se verá refletida nos espaços públicos;
11. Promover sanções que sejam aplicadas a quem promover o comércio e a exploração sexual através da publicidade, assim como as mensagens publicitárias que denigram as mulheres e as meninas. Da mesma maneira, reconhecer e premiar as boas práticas que combatem o tráfico de pessoas;
12. Combater a exploração sexual e o tráfico de pessoas, incorporando nas nossas legislações a criminalização da demanda (clientes).

5. Participantes do Grupo de Trabalho

PAÍS	PARTICIPANTE	CARGO
Canadá	Céline Hervieux-Payette	Senadora
Canadá	Paulina Ayala	Membro do Parlamento
Canadá	Randy Hoback	Membro do Parlamento
Colômbia	Germán Blanco Álvarez	Membro da Câmara de Representantes
Costa Rica	Juan Carlos Mendoza García	Membro da Assembleia Nacional
Equador	Linda Machuca Moscoso [Presidenta]	Membro da Assembleia Nacional
Equador	Gina Godoy	Membro da Assembleia Nacional
Equador	Rocío Valarezo	Membro da Assembleia Nacional
Equador	Richard Guillén	Membro da Assembleia Nacional
El Salvador	Margarita Escobar	Membro da Assembleia Nacional
Honduras	Guillam Guifarro Montes de Oca	Membro do Congresso Nacional
Haiti	Edmonde Supplice Beauzile	Senadora
México	Adriana González Carillo	Senadora
México	Rogelio Rueda	Senador
Panamá	Víctor Juliao III	Membro da Assembleia Nacional
Paraguai	Clarissa Marín	Senadora

Apêndice 11 • Conselho de Administração do FIPA-ParlAmericas 2011-2012

CARGO	PESSOA	PAÍS	MANDATO
ELEITO NA 8ª ASSEMBLEIA PLENÁRIA (TODOS OS CARGOS FORAM PREENCHIDOS POR ACLAMAÇÃO)			
Presidente	Randy Hoback, membro do Parlamento	Canadá	2011-2013
1º Vice-Presidente	Víctor Juliao III, membro da Assembleia Nacional	Panamá	2011-2013
Presidente do Grupo de Mulheres e 2ª Vice-Presidente	Linda Machuca Moscoso, membro da Assembleia Nacional	Equador	2011-2013
Secretário-tesoureiro (Interino) (eleito pelo Conselho de Administração entre seus membros)	Germán Blanco Álvarez, membro da Câmara de Representantes	Colômbia	A determinar
América do Norte	A confirmar	México	2011-2013
América do Norte		Vago	2011-2013
América Central	A confirmar	El Salvador	2011-2013
América Central	A confirmar	Costa Rica	2011-2013
América Central (mandato de 1 ano)	A confirmar	Honduras	2011-2012
América do Sul	A confirmar	Chile	2011-2013
América do Sul	A confirmar	Paraguai	2011-2013
Caribe	A confirmar	Cuba	2011-2013
Caribe		Vago	2011-2013
Anfitrião da 9ª Assembleia Plenária	Víctor Juliao III, membro da Assembleia Nacional	Panamá	2011-2012
MEMBROS RE-ELEITOS			
América do Norte	A confirmar	Canadá	2010-2012
América do Sul	Germán Blanco Álvarez, membro da Câmara de Representantes	Colômbia	2010-2012
Caribe	Edmonde Supplice Beauzile, Senadora	Haiti	2010-2012



Secretaria Técnica do FIPA-ParlAmericas

500 - 165 Sparks St.
Ottawa, Ontario K1P 5B9
Canadá

☎: +1 613 594 5222

☎: +1 613 594 4766

info@parlAmericas.org

www.parlAmericas.org



Canadian International
Development Agency

Agence canadienne de
développement international

Este projeto recebeu apoio financeiro do Governo do Canadá através da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI).

